

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 03/09/2019

- [*Videoconferências aproximam profissionais da Infância e Juventude do TJPE*](#)
- [*IX Jornadas Pernambucanas - próximo encontro será realizado em Caruaru*](#)
- [*Magistrados e servidores do TJAM serão capacitados para a utilização do Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*](#)
- [*Ascendentes são proibidos legalmente de adotar os descendentes*](#)
- [*Crianças são consultadas em elaboração de plano com metas à primeira infância em Boa Vista*](#)
- [*Selo Empresa Amiga da Primeira Infância é lançado pela CLDF*](#)
- [*Campanha de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes será lançada*](#)
- [*Ipea propõe fusão de programas sociais para incluir 17 milhões de crianças*](#)
- [*Governador assina Pacto Estadual pela primeira infância*](#)
- [*Funase supera, em sete meses, número de vagas profissionalizantes ofertadas em todo o ano 2018*](#)
- [*CNMP disponibiliza sala de amamentação a todas as mães que frequentam o órgão*](#)

Assunto: Videoconferências aproximam profissionais da Infância e Juventude do TJPE

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 03/09/2019



Encontros virtuais trazem agilidade e economia às reuniões de trabalho da Infância e Juventude

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizou, em 29 de agosto, as primeiras reuniões através de videoconferência de profissionais da Infância e Juventude de todo o Estado. A partir de agora, os encontros virtuais servirão para aproximar servidores que compõem as equipes multidisciplinares da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), além das Varas com competência no assunto.

Inicialmente, duas transmissões aconteceram no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica) no Recife. Pela manhã, a transmissão reuniu 34 profissionais do grupo de trabalho voltado à adoção. No turno da tarde, a videoconferência também foi o meio utilizado por cerca de 40 servidores que integram o Programa Acolher.

Até dezembro, o grupo de trabalho que trata das adoções fará uma análise detalhada dos casos de crianças e adolescentes que estão no perfil do Projeto Família, desenvolvido pela Ceja/PE, e que tiveram os estágios de convivência familiar acompanhados pelas equipes envolvidas. O objetivo é identificar os elementos em comum, bem como os aspectos específicos que possam ter interferido negativamente na construção de vínculos entre os possíveis adotantes e adotados, causando a interrupção no estágio de convivência familiar.

Para o coordenador da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, é preciso haver uma análise aprofundada das causas que levam à devolução de crianças e adolescentes por pretendentes à adoção. “No país inteiro, tem sido detectado uma ampliação no número de devoluções de crianças e adolescentes que estão sendo adotados, ainda no período de convivência, que é aquele anterior à consumação da adoção. Muitas razões são atribuídas ao fator, mas ainda não existe um estudo científico adequado para apontar as causas. Muitos dos casos de devoluções acontecem por meio de adoções diretas, de pessoas que não se submeteram a um estudo crítico e avaliativo de um psicólogo, assistente social e pedagogo, por exemplo”, declara.

O magistrado conclui afirmando que, mesmo tendo um índice pequeno de devoluções, Pernambuco está buscando um diagnóstico coletivo dos casos de devolução para que o problema seja enfrentado. “O número de devoluções, em Pernambuco, é muito baixo, mas, ainda assim, o fenômeno existe. A gente está querendo detectar onde, quando e por que aconteceu, tentar traçar um perfil para criar uma política séria de intervenção para que até o final do ano tenhamos um retrato da realidade aqui do estado para que possamos corrigir eventuais falhas”, explica.

Para o coordenador do Programa Acolher, Paulo Teixeira, as videoconferências servirão como aliadas fundamentais na integração entre os servidores, além de representar uma importante economia de tempo e dinheiro. “O Programa Acolher está implantado, atualmente, em 22 comarcas pernambucanas, sendo metade da região metropolitana do Recife e a outra de cidades do Interior. A videoconferência, viabilizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), veio como uma ferramenta fundamental para as reuniões do Grupo de Trabalho do Programa, onde são discutidos os casos das mulheres que desejam entregar suas crianças para adoção, pois hoje podemos garantir a participação de todas as equipes, com um custo operacional mínimo e sem prejudicar a rotina de trabalho dos colegas das comarcas mais distantes”, afirma.

Iniciativa – O Programa Acolher foi implantado pelo TJPE no ano de 2011, tendo como principal objetivo evitar que crianças sejam abandonadas, adotadas de forma ilegal ou expostas a situações de risco. Especificamente no Recife, desde 2009, também existe o programa Mãe Legal. A iniciativa consiste na implantação e uniformização da execução de serviços jurisdicionais e faz atendimento e assistência a mulheres que manifestem o interesse de entregar seus bebês para adoção. Dessa forma, obedecendo aos critérios legais, procura-se garantir o bem-estar dos bebês, mantendo a autonomia da mulher, por meio de um atendimento humanizado, seguro e livre de constrangimentos.

Assunto: IX Jornadas Pernambucanas - próximo encontro será realizado em Caruaru

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 03/09/2019



A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Escola Judicial (Esmape), vai promover a IX Jornadas Pernambucanas na Comarca de Caruaru. O evento tem como objetivo uniformizar as rotinas de trabalho das varas que prestam serviços jurisdicionais às crianças e aos adolescentes. A ação em Caruaru acontece a partir desta quarta-feira (4) e segue até a sexta-feira (6/9), na sala da Esmape, localizada no primeiro piso do Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras. A abertura do evento será feita pelo coordenador da Infância e Juventude do Estado, desembargador Luiz Carlos Figueiredo.



O tema da nona edição do Jornadas Pernambucanas é Apuração de Ato Infracional e Acolhimento Institucional: responsabilização e proteção

O tema da nona edição do Jornadas Pernambucanas é **Apuração de Ato Infracional e Acolhimento Institucional: responsabilização e proteção**. Os docentes são os juízes Élio Braz e Rafael Cardozo.

Podem participar do evento em Arcoverde, juízes e servidores das Comarcas de Agrestina, Altinho, Belo Jardim, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Chã Grande, Cumarú, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Orobó, Pannels, Passira, Riacho das Almas, Sairé, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Bento do Una, São Caetano, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes.

Entre os assuntos a serem debatidos no evento, destacam-se Rotinas procedimentais e aspectos práticos quanto aos processos de Apuração de Ato Infracional; Remissão ministerial e judicial; As medidas socioeducativas e critérios para definição e aplicação ao caso concreto; Procedimento de Apuração de Ato Infracional; dentre outros.

O projeto Jornadas Pernambucanas abrange em seu eixo de trabalho não só a formação permanente e continuada dos servidores e magistrados, mas também a busca pela criação de espaços que favorecem a abertura de canais multilaterais de diálogo e discussão sobre as dificuldades coletivas e peculiares de cada Comarca, estabelecendo trocas de conhecimento para a construção de estratégias e a superação de eventuais entraves.

Ainda neste ano, a ação IX Jornadas Pernambucanas será realizada nas Comarcas de Goiana, nos dias 2, 3 e 4 de outubro; e de Recife, no período de 23 a 25 do mesmo mês.

Assunto: Magistrados e servidores do TJAM serão capacitados para a utilização do Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 03/09/2019



A Coordenadoria da Infância e Juventude (COIJ), em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Amazonas (Esmam), promoverá no próximo dia 18 de setembro, em Manaus, um treinamento direcionado a magistrados e servidores que atuam no segmento da Infância e Juventude, tendo como foco o Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

O treinamento ocorrerá das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30 no laboratório de informática do Centro Universitário Fametro, localizado na Avenida Constantino Nery, n.º 1937, bairro Chapada, e será conduzido pela servidora do CNJ Isabely Fontana de Mota.

A capacitação atualizará magistrados e servidores quanto à Portaria n.º 1, de 06 de março de 2018, por meio da qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu um grupo de trabalho multidisciplinar para a execução das ações necessárias à implementação da modernização do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

Conforme a Portaria do CNJ, o novo modelo permitirá a inclusão de inovações tecnológicas para conferir maior celeridade e transparência ao sistema, otimizando o tempo para a obtenção de melhores resultados na consecução da finalidade de proteção integral ao melhor interesse da criança e do adolescente.

De acordo com a COIJ, além de participar do treinamento, os magistrados que atuam no segmento de Infância e Juventude deverão indicar um servidor para participar do treinamento.

Assunto: Ascendentes são proibidos legalmente de adotar os descendentes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 03/09/2019



A 6ª Turma Cível do TJDF, por unanimidade, negou provimento a recurso e manteve decisão que arquivou ação de adoção, proposta por uma avó em favor de seu neto, maior e portador de síndrome rara. Segundo a Turma, ascendentes são proibidos legalmente de adotar os descendentes, conforme art. 42, § 1º, do ECA, a fim de evitar confusão na estrutura familiar e problemas advindos de questões hereditárias.

A autora alega que o neto, maior de idade e interditado por ser portador de Síndrome de Silver Russell, foi deixado aos cuidados dos avós aos dois meses de idade. Sustenta que criou o neto como um filho, sendo, inclusive, sua curadora legal, e que o marido teria expressado em vida, por diversas vezes, o desejo de adotar o neto. Segundo a autora, o pai do incapaz está desaparecido há cerca de 20 anos e a mãe estaria de acordo com a adoção.

Ao negar provimento ao recurso, o desembargador relator do caso destacou que o art. 42, § 1º, do ECA, estabelece que não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. “Tal proibição tem como finalidade principal evitar a indevida confusão na estrutura familiar, que passa por normas hierárquicas e de organização interna, além de problemas advindos de questões hereditárias, fraudes previdenciárias e inocuidade da medida em termos de transferência de afeto para o adotando”.

O magistrado destacou ainda que, apesar dos avós terem cuidado do neto desde cedo, por meio do custeio de suas necessidades materiais e emocionais, o que não é incomum diante da relação de parentesco, o fato é que o ordenamento jurídico proíbe a adoção por ascendente.

O processo tramita em segredo de justiça.

Assunto: Crianças são consultadas em elaboração de plano com metas à primeira infância em Boa Vista

Fonte: Portal G1

Data: 03/09/2019



A prefeitura de Boa Vista iniciou uma escuta pública com crianças de 4 a 6 anos de idade para elaborar o Plano Municipal da Primeira Infância na tarde desta segunda-feira (2).

O projeto iniciou nesta tarde pela escola municipal Laucides Inácio De Oliveira, zona Oeste, e a expectativa é que cerca de 80 crianças sejam

ouvidas até esta quarta-feira (4).

O Plano é uma recomendação da lei federal conhecida como Marco Legal da Primeira Infância para todos os municípios brasileiros. A norma foi sancionada em 2016 e criou uma série de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento infantil.

Consultas públicas com outros segmentos ainda serão realizadas para que prefeitura elabore o projeto e envie para votação na Câmara municipal. Se for aprovado pelos vereadores, o projeto passa a ser uma lei municipal que estabelece diretrizes, orientações e metas que deverão ser mantidas pelos próximos prefeitos e gestores públicos.

As metas serão estabelecidas ainda durante a gestão de Teresa Surita (MDB) com base nas consultas. Cada prefeito que assumir deverá apresentar um plano de ação com iniciativas detalhadas para atingir os pontos estabelecidos.

As escutas públicas com a população em geral serão realizadas nos dias 10 e 11, com órgãos públicos deve ocorrer no dia 12. A pretensão é que o plano seja enviado para votação na Câmara no mês de outubro.

"Esse trabalho está dentro do marco legal e poucas cidades do Brasil já desenvolveram, nós somos a primeira da região Norte. Vamos discutir a cidade com um olhar para criança com os adultos, com arquitetos, mas também com a criança", pontuou a prefeita.

Primeiras crianças ouvidas

Cerca de 10 crianças foram estimuladas e ouvidas por um arquiteto, uma pedagoga e uma assistente social sobre o que gostam e o que não gostam em Boa Vista, na tarde desta segunda. As informações foram extraídas através de conversas e desenhos.

"Nós usamos uma técnica de oficina em um encontro lúdico e chamamos as crianças para refletir acerca do ambiente em que eles vivem. Escolhemos temas transversais e trocamos uma ideia de forma lúdica com as crianças", explicou a pedagoga Patrícia Monteiro.

O pequeno Bruno Ferreira, de 5 anos, afirmou que o ama brincadeiras como futebol, pega-pega e queimada. E por isso os pais sempre o levam para brincar nas praças da cidade durante os fins de semana.

Já Emily Cantuário, que também tem 5 anos, desenhou uma praça com um parquinho e disse que gostaria que em uma das praças da cidade tivesse um leão, como uma das esculturas da "selvinha amazônica" - exemplares de animais característicos da fauna amazônica que simulam um minifloresta espalhados pelas praças da cidade.

Segundo o arquiteto Reniê Melo, os desenhos elaborados são a forma como as crianças enxergam a cidade e com o que gostam de brincar. "A praça está muito ligada ao momento do prazer e o convívio social".

Assunto: Selo Empresa Amiga da Primeira Infância é lançado pela CLDF

Fonte: Jornal de Brasília

Data: 03/09/2019



Na última segunda-feira (2) foi lançado o edital Selo Empresa Amiga da Primeira Infância. A ideia da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal é conferir, anualmente, premiação em forma de selo a empresas públicas ou privadas que atendem os seguintes requisitos: ter berçário, brinquedoteca, biblioteca ou creche no espaço da empresa; flexibilizar horários para funcionários com filhos menores de seis anos; ter programas de educação para gestantes, entre outros.

A deputada distrital Júlia Lucy (Novo-DF), autora do projeto, diz que a ideia é incentivar empresas do DF a acolher crianças de zero a seis anos. As inscrições para o credenciamento não têm custo e estarão abertas a partir de segunda-feira (2) até 27 de setembro, no endereço eletrônico da procuradoria-especial-da-mulher.

No endereço, está disponível o formulário para preenchimento dos dados e apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos. Os certificados serão entregues no dia 1º de novembro. As empresas vencedoras ficam autorizadas a utilizar a informação e a marca gráfica em suas peças publicitárias, embalagens e em mídias eletrônicas.

A cerimônia de lançamento do edital está marcada para às 18 horas desta segunda-feira (2), no Edifício Palácio do Comércio, 1º andar, na sede da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF).

Assunto: Campanha de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes será lançada

Fonte: Jornal de Brasília

Data: 03/09/2019



Nesta terça-feira (3) às 14h, no Auditório do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na Zona Cívico-Administrativa (ao lado do Palácio do Buriti), será lançada a campanha de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes com o objetivo de conscientizar, informar, sensibilizar e promover a cultura de escuta/acolhimento diante do sofrimento psíquico de crianças e adolescentes.

À frente da iniciativa está a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus), através do Programa DF Criança, que tem como parceira, dentre outros, a primeira-dama do Distrito Federal Mayara Noronha.

A campanha “Setembro Amarelo – Vamos dar as Mãos?” contará com várias atividades durante todo o mês. Serão realizadas ações em escolas públicas e particulares, abrigos, unidades de internação socioeducativas e em espaços públicos. Para debater a temática haverá uma audiência pública, dia 9 de setembro, às 14h, na Câmara Legislativa.

Já nos dias 10, às 10h, e 15, às 9h, respectivamente, será inaugurado o Jardim da Vida e a Caminhada pela Vida, ambos no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek. Para o Secretário da Sejus, Gustavo Rocha, é importante debater o tema e estar atento ao comportamento das crianças e dos adolescentes.

“Estudos sugerem um alto nível de incidência de sintomas depressivos na população escolar, que variam desde 13% em crianças até 20% em adolescentes, números que demonstram que a depressão infanto-juvenil é decisivamente um problema de saúde mental significativo”.

Além de informativa, a campanha visa sensibilizar a sociedade e incentivar a escuta/empatia e o acolhimento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Nas últimas décadas, observa-se um crescimento dos casos de suicídio no Brasil e os números são especialmente preocupantes entre jovens. O suicídio é, hoje, a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil.

Para a subsecretária de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes da Sejus, Adriana Faria, “é importante considerar que os dados de tentativas ou consumação de suicídios tem aumentado na adolescência e em idade cada vez mais precoce, e que ele pode ser evitado na grande maioria dos casos”, disse.

Para Livia Magalhães, chefe da unidade de Gestão do Programa DF Criança, “a OMS estima que 90% dos suicídios poderiam ser prevenidos, portanto, entender o suicídio como uma questão de saúde e elaborar estratégias para a sua prevenção é fundamental para preservar e melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas, sendo necessária a intervenção precoce e adequada à situação envolvendo a criança, o adolescente e seu conjunto de relações”.

O Programa DF Criança, da Sejus, de caráter intersetorial, tem por finalidade ampliar o acesso, integrar e monitorar as políticas públicas voltadas à promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente no DF.

Ele tem como foco o enfrentamento a toda forma de violência e abandono e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, considerando sua família e seu contexto social e de vida. Ele atua em parceria com a Primeira-Dama do DF, as secretarias de Estado de Educação, de Saúde, o Centro de Valorização da Vida (CVV), a Sociedade de Pediatria do Distrito Federal (SPDF), o Unicef, a Administração do Parque da Cidade Sarah Kubitschek e a Administração do Park Way, dentre outros.

Assunto: Ipea propõe fusão de programas sociais para incluir 17 milhões de crianças

Fonte: Correio Braziliense

Data: 03/09/2019

CORREIO BRAZILIENSE

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado nesta segunda-feira (2/9), indica a inclusão de 17 milhões de crianças brasileiras em situação de vulnerabilidade. O levantamento *Uma proposta para a unificação dos benefícios sociais de crianças, jovens e adultos pobres e vulneráveis* propõe integrar Bolsa Família, Salário-Família, Abono Salarial e Dedução por Dependente no Imposto de Renda da Pessoa Física.

O Ipea indica que existem 52 milhões crianças no país. Dessas, 1,6 milhão recebem Salário-Família e Bolsa Família, outras 400 mil recebem Salário Família e dedução no Imposto de Renda. Mesmo assim, segundo a entidade, 17 milhões, em situação de vulnerabilidade, não têm nenhum benefício social.

Esse novo sistema de proteção social envolve o Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal e mantém o monitoramento de educação e saúde, mas necessita de mudanças na legislação em vigor, incluindo proposta de emenda constitucional (PEC).

O Ipea afirma que o programa tem como base sete princípios: equilíbrio e responsabilidade social, que não extrapole os R\$ 52,8 bilhões destinados às políticas de proteção à infância e à pobreza; a definição da pobreza pela renda familiar per capita; flexibilidade para adaptação a mudanças sociais e demográficas; uso do Cadastro Único como mecanismo de identificação dos pobres; linha única de elegibilidade (R\$ 250); benefícios sem cortes abruptos; e reajustes periódicos das linhas definidoras de pobreza e dos valores dos benefícios.

O Ipea afirma que o programa tem como base sete princípios: equilíbrio e responsabilidade social, que não extrapole os R\$ 52,8 bilhões destinados às políticas de proteção à infância e à pobreza; a definição da pobreza pela renda familiar per capita; flexibilidade para adaptação a mudanças sociais e demográficas; uso do Cadastro Único como mecanismo de identificação dos pobres; linha única de elegibilidade (R\$ 250); benefícios sem cortes abruptos; e reajustes periódicos das linhas definidoras de pobreza e dos valores dos benefícios.

Assunto: Governador assina Pacto Estadual pela primeira infância
Fonte: Primeira Edição
Data: 03/09/2019



O governador Renan Filho assinou, na manhã desta segunda-feira (02), o Pacto Estadual pela primeira infância, em solenidade realizada no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). Os presidentes do TJ, Tutmés Airan, e da Assembleia Legislativa do Estado (ALE), Marcelo Victor, também são signatários do acordo.

O Pacto prevê a cooperação técnica entre os três poderes para aprimorar a infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em consonância com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Renan Filho afirmou que assinar o Pacto Estadual pela primeira infância é fundamental para dar seguimento às políticas públicas exitosas que vêm sendo implementadas pelo Governo do Estado e, ao mesmo tempo, aprimorar os mecanismos e corrigir rumos, sempre que necessário.

“A criação de um pacto organiza as políticas públicas, estabelece um novo caminho, divide as responsabilidades, as competências; deixa tudo isso mais claro. É muito importante que haja um pacto forte entre todos os poderes e a sociedade civil para que a gente, cada vez mais, atinja melhores resultados”, considerou.

O governador ressaltou que Alagoas é hoje referência para o Brasil na redução da mortalidade materna e infantil.

“Alagoas, na última década, foi o Estado brasileiro que mais reduziu a mortalidade infantil. Além disso, de 2015 pra cá, com essas novas políticas públicas, nós tiramos o Estado da liderança em mortalidade materna. Somos hoje o segundo Estado onde menos morrem mulheres depois da gravidez no Brasil”, citou o governador.

CRIA

O governador participou da solenidade ao lado da primeira-dama, Renata Calheiros, coordenadora do Programa Criança Alagoana (Cria). Instituído em 2018, o Cria tem como objetivo promover e integrar políticas públicas para a primeira infância no estado.

O Programa vem trazendo transformações nas áreas da saúde, educação e assistência social, a exemplo da realização dos testes do pezinho e do coraçãozinho em 100% das maternidades; dos mutirões de vacinação e nutrição; e do incremento de 79% no Benefício Variável a Gestantes (BVG) e de 44% no Benefício Variável à Nutriz (BVN).

As ações abrangem, ainda, a inauguração da Casa do Coraçãozinho, a abertura de novos leitos obstétricos humanizados e a construção de praças da primeira infância. No final deste mês, o Governo do Estado inaugura, em Maceió, o Hospital da Mulher.

Os resultados do Cria já são sentidos, como a redução de 12% da mortalidade infantil, entre 2014 e 2017; aumento de 15,6% na proporção de nascidos vivos e redução da Razão da Mortalidade Materna (RMM).

Após a assinatura do Pacto Estadual pela Primeira Infância, a primeira-dama apresentou o Cria. Ela explicou que a iniciativa surgiu, inicialmente, como um projeto-piloto em seis municípios, abrangendo todas as regiões do Estado.

“Tivemos a oportunidade de debater, junto com os municípios, as principais demandas no atendimento à criança e à gestante. Hoje, nós temos o fortalecimento do Programa estadual atendendo, justamente, essas demandas com programas de transferência de renda, com acesso a creches, a capacitação de professores, dentre outras ações”, destacou Renata Calheiros.

Além dos representantes dos três poderes, assinaram o Pacto Estadual pela Primeira Infância o presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Hugo Wanderley; o defensor público geral, Ricardo Melro; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas (OAB/AL), Nivaldo Barbosa; o subprocurador-geral administrativo institucional do Ministério Público Estadual (MPE), Márcio Roberto Tenório; e o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Otávio Lessa.

Assunto: Funase supera, em sete meses, número de vagas profissionalizantes ofertadas em todo o ano 2018

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 03/09/2019



Em apenas sete meses, Pernambuco inseriu mais adolescentes do sistema socioeducativo em cursos profissionalizantes do que em todo o ano passado. Até julho, já tinham sido asseguradas 2.489 vagas para esses jovens, ante 2.207 nos 12 meses de 2018. A expectativa é de que, até dezembro de 2019, o crescimento anual na oferta de oportunidades de qualificação profissional dentro e fora de unidades administradas pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) em todo o Estado chegue a cerca de 60%.

O aumento desse número tem sido possível graças a articulações com instituições parceiras. Na lista, estão o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a Secretaria Estadual de Cultura (Secult), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), os institutos federais de Pernambuco (IFPE) e do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), o Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA) e a Escola Dom Bosco.

“Pernambuco tem se articulado cada vez mais, por meio das equipes da Funase, para garantir a inserção desses adolescentes em cursos que os preparem para o mercado de trabalho. Essa é uma estratégia determinante para a prevenção da violência, uma vez que, quando saírem do sistema socioeducativo, esses jovens terão mais condições de pleitear espaços e se reinserir economicamente”, destaca o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco, Sileno Guedes.

Nesta semana, por exemplo, turmas do Senai terão encerramento e certificação em unidades da Funase. No Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Cabo de Santo Agostinho, 25 alunos foram inseridos no curso de Panificação. Já no Case Caruaru, 50 socioeducandos participaram da formação como Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Na semana passada, uma turma do mesmo curso, que também teve 50 adolescentes matriculados, foi certificada no Case/Cenip Arcoverde. Até a próxima sexta-feira (6), ainda haverá início ou certificações de cursos do CIEE nas unidades da Funase em Timbaúba e em Vitória de Santo Antão.

“Os cursos e oficinas, com as articulações feitas com as instituições parceiras, têm movimentado cada vez mais a rotina dos socioeducandos. Estamos caminhando para consolidar e aumentar a oferta. Recentemente, por exemplo, foi anunciada a implantação do Parque Profissionalizante da Funase, que chegará para reforçar a estrutura que já existe nas unidades da instituição, a partir de um convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho”, afirma a presidente da Funase, Nadja Alencar.

Para o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da instituição, Normando de Albuquerque, os resultados já alcançados na área mostram o acerto dos caminhos

trilhados. “Os indicadores da profissionalização vêm em um crescente desde 2017. Os números indicam um trabalho que se consolida a cada ano e resultam do mútuo compromisso entre a Funase e seus parceiros visando à promoção da educação profissional para adolescentes e jovens em medidas socioeducativas. Só em 2019, foram firmados três acordos de cooperação técnica e dois aditivos de um acordo anterior, sem custos para a instituição”, avalia.

Assunto: CNMP disponibiliza sala de amamentação a todas as mães que frequentam o órgão

Fonte: CNMP

Data: 03/09/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Acolher as mães que frequentam o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), oferecendo conforto no momento de amamentar ou retirar o leite materno. Esse é o objetivo da sala de amamentação do Conselho, disponível desde outubro de 2018.

Com o espaço, o CNMP pretende apoiar as mães e promover o aleitamento materno. A ideia é acolher melhor as colaboradoras da Casa, as integrantes do Ministério Público e a sociedade em geral.



A sala de amamentação conta com poltrona, frigobar e trocador de fraldas, além de disponibilizar lenços umedecidos e álcool em gel. O espaço fica no andar intermediário, onde também estão localizados o Plenário e o auditório.

“É na amamentação que encontramos os nutrientes indispensáveis à vida: calor, amor, carinho e saúde”, diz a frase estampada na decoração do ambiente, que também é climatizado.

A sala de amamentação faz parte do projeto “Nossa Casa”, que tem como objetivo tornar o ambiente do CNMP mais humanizado e acolhedor ao público interno, ao MP e aos cidadãos.